

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SC E A SOCIEDADE BENEFICENTE PIRATUBA/IPIRA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Nº 010/2014

Pelo presente termo de Convênio que entre si celebram a o **MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SC**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC nº 82.815.481/0001-58, com sede à Rua Governador Jorge Lacerda, 133, centro, neste ato representada por seu titular o Senhor **CLAUDIRLEI DORINI**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº 568.259.789-34, com interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado por seu gestor o Sr. **LADI JOÃO COWACICS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 250.576.429-87, funcionário público municipal, residente neste Município de Piratuba, e a **SOCIEDADE BENEFICENTE PIRATUBA/IPIRA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 85.448.264/0001-65, com sede à Rua Presidente Costa e Silva, 424, Município de Ipira-SC, neste ato representada por seu Presidente o Senhor José Luiz Fontanella, portador do CPF nº 647.404.399-72 e identidade nº 1.556.421, doravante denominada simplesmente de **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, na forma da Lei Municipal nº 1275/2014, de 05 de novembro de 2014, e demais normas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Convênio tem por objeto a conjugação de esforços para viabilização de atendimento médico de urgência e emergência, através do sistema denominado de **SOBREAviso**, utilizando para tanto, as dependências, infraestrutura e equipamentos da **CONVENENTE**.

Parágrafo único. O sistema de sobreaviso compreende o horário das 17:00 às 07:00 horas de segunda-feira a sexta-feira, nos dias considerados úteis e durante 24 (vinte e quatro) horas nos sábados, domingos e feriados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

O valor do presente Convênio é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), repassado pelo **FMS**, conforme Lei nº 1275/2014, de 05 de novembro de 2014, que passa a fazer parte integrante do presente Convênio.

§ 1º A cooperação financeira constante na presente Cláusula correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2014:

Órgão: 13.00 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.041 - Ações de Atenção Básica do FMS
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativas (40)

§ 2º O pagamento deverá ser feito via depósito no Banco do Brasil, Agência 3636-6, Conta Corrente 17.034-8.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente Convênio terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

O **FMS** procederá à liberação dos recursos financeiros conforme Lei nº 1275/2014, de 05 de novembro de 2014, que passa a fazer parte integrante do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FMS:

São obrigações do **FMS**:

- a) Cumprir o Cronograma de Desembolso, conforme o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Receber, analisar, aprovar ou devolver em diligência os processos relativos à Prestação de Contas;
- c) Controlar, fiscalizar e acompanhar a correta execução do Convênio e a aplicação dos recursos financeiros, inclusive *in loco*.
- d) Encaminhar os procedimentos a serem executados, tendo o limite máximo os valores constantes do Anexo I da Lei nº 1275/2014, de 05 de novembro de 2014.

Parágrafo único. Os serviços de ambulância que o **FMS** fará para a **CONVENENTE** serão somente para urgência e emergência, não fazendo outro tipo de transportes, como altas de pacientes, etc.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE:

São obrigações do **CONVENENTE**:

- a) Cumprir integralmente o objeto conveniado.

- b) Responsabilizar-se com os pacientes piratubenses internados na unidade hospitalar do **CONVENENTE** no que diz respeito, quando necessário, o acompanhamento de enfermeiras, médicos ou outros profissionais em transporte para fora do Município.
- c) Aplicar os recursos conforme o Plano de Trabalho;
- d) Movimentar os recursos em conta corrente específica junto ao Banco do Brasil, conforme especificação da Cláusula Segunda;
- e) Comprovar a realização das despesas com documentos hábeis, os quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação de serviços;
- f) Prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, na forma estabelecida pela IN N. TC-14/2012, sendo que somente será liberada nova parcela após aprovação da prestação de contas da parcela anterior, pelo responsável do Controle Interno do Município.
- g) Manter em arquivo ordenado cronologicamente todos os documentos, em original, que façam menção ou que sejam decorrentes do presente Convênio;
- h) Isentar o **FMS** de qualquer responsabilidade relativa a encargos sociais e trabalhistas provenientes da contratação de pessoal para atender o objeto do presente Convênio;
- i) Emitir relatório circunstanciado dos atendimentos, especificando data, hora e nome do paciente atendido e balancete de verificação do mês anterior da prestação de contas, encaminhando-o juntamente com a prestação de contas de cada parcela;
- j) Realizar os procedimentos encaminhados pelo **FMS**, até o limite constante do Anexo I da Lei nº 1275/2014, de 05 de novembro de 2014.

§ 1º - A **CONVENENTE** é responsável pela inexecução ou execução deficiente nos serviços prestados, como imprudência, negligência, imperícia, erro, que abranja indenizações por danos morais e materiais causados a terceiros e usuários.

§ 2º - É vedado à **CONVENENTE** cobrar do usuário qualquer valor pelo atendimento constante do objeto do presente Convênio;

§ 3º A prestação de contas, além, além do estabelecido na alínea “f” da presente cláusula deverá ser devidamente completa e também entregue em forma digital com os nomes dos pacientes, comprovadamente piratubenses e a relação dos procedimentos realizados.

§ 4º Durante o período de internamento dos pacientes, os medicamentos e materiais, assim como as providências necessárias na falta dos mesmos, serão de inteira responsabilidade da **CONVENENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

O presente Termo de Convênio poderá ser rescindido por acordo entre as partes, ou por vontade unilateral, mediante prévia comunicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE:

A ausência de Prestação de Contas, na forma e prazo estabelecido, ou a prática de irregularidade na aplicação dos recursos, sujeita a **CONVENIENTE** à instauração de tomada de Contas Especial, para ressarcimento de valores, além da responsabilidade civil e penal, se for o caso.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal-SC, para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes da aplicação do presente Termo de Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Convênio, em quatro vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Piratuba-SC, 05 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE PIRATUBA-SC
Claudirlei Dorini – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA
Ladi João Cowacics

SOCIEDADE BENEFICENTE DE PIRATUBA/IPIRA
José Luiz Fontanella

TESTEMUNHAS

Simone Cristina Leobet
CPF Nº 987.698.479-91

Ivair Lopes Rodrigues
CPF Nº 040.381.069-85